

JORNAL DA TARDE

Impõe-se a verdade que Bresser não pôde revelar

14 OUT 1987

Apesar de haver herdado a maior crise econômica financeira já vivida pelo País desde a trágica depressão dos anos 30, que abalou todo o sistema econômico internacional, o ministro Bresser Pereira — acossado pelos xiitas do PMDB — tem procurado manter, frequentemente com certo exagero, uma atitude otimista, deixando de transmitir à sociedade um quadro real da situação. Esse “estilo” do ministro aparece com nitidez em suas declarações a respeito das negociações com os credores externos, que não são congruentes com aquilo que, de fato, está acontecendo.

Em sucessivas entrevistas, o sr. Bresser Pereira admitiu que fará um acordo com o FMI para atender uma condição “sine qua non” estabelecida pelos países do Clube de Paris para reescalonar os compromissos brasileiros, mas deu a entender que os bancos comerciais, aos quais deixamos de pagar juros a partir do dia 20 de fevereiro deste ano, estariam dispostos a aceitar uma renegociação dos compromissos brasileiros antes da reaproximação entre o País e o FMI. Ou seja, não existiria — segundo o ministro indicou — qualquer vinculação entre os “desembolsos” dos bancos e as metas a serem acertadas com o Fundo.

Assim, tudo parecia caminhar com tranquilidade, especialmente para os radicais do PMDB, que costumam colocar seus preconceitos acima das aspirações de 141 milhões de brasileiros e, a pretexto de preservar a nossa “soberania”, passaram os últimos anos “pichando” o FMI. Tudo levava a crer que seria possível obter um acordo com os credores sem a necessidade de um aval prévio do FMI aos planos brasileiros, e que os “economistas do PMDB” poderiam sair da entalada em que se (e nós) meteram e, ao mesmo tempo, “salvar a face”. Soava até estranho que, de repente, tudo mudasse nos discursos do ministro Bresser Pereira e do presidente do Banco Central, Fernando Milliet, ambos pessoas de bom senso, passando a enfatizar as vantagens de um entendimento com o FMI, que representaria o ingresso ainda este ano de US\$ 2 bilhões em nossa economia...

Na verdade foi porque nada mudou lá fora, em momento algum, que tiveram de mudar os discursos que eram feitos aqui dentro apenas para apaziguar a ira daqueles que no PMDB reagem à realidade nos moldes do ayatollah Khomeini. Agora que, mais uma vez, os fatos (e os cronogramas) atropelaram os sonhos, as teorias e as mentiras do grupo dominante do PMDB, a verdade tem de ser restabelecida, do jeito que for possível...

E, neste caso, ela surge, nua e crua, no texto entregue pelo Comitê dos Bancos Credores (comerciais) do Brasil ao nosso governo, durante a última rodada de negociações, que foi sonogado à opinião pública brasileira mas ao qual teve acesso a *Gazeta Mercantil*. Ao contrário do que havia “informado” o nosso acossado ministro da Fazenda, os bancos comerciais deixam muito claro nesse texto que estão interessados numa negociação ampla, mas que ela inclui necessariamente um acordo entre o Brasil e o FMI, com a participação do Banco Mundial e das instituições oficiais dos países do Clube de Paris.

Os bancos consideram que o Brasil deve voltar aos mercados financeiros internacionais para sustentar um crescimento econômico duradouro. No entanto, esse retorno do País aos mercados “requer a cooperação de muitos participantes” e a regularização do pagamento dos juros. O comitê acha também que “a única base para o desenvolvimento de um plano concertado de financiamento é um programa econômico viável e um plano de financiamento externo viável, a serem apoiados pela comunidade financeira internacional e pelas fontes oficiais de crédito do Brasil, bilaterais e multilaterais, que incluem o Banco Mundial, o FMI e o Clube de Paris”.

Em resumo, o que os bancos comerciais desejam é um esforço cooperado de todas as fontes de financiamento do País para permitir a saída da moratória e a retomada dos investimentos produtivos. É evidente que os participantes, entre eles o governo brasileiro, devem considerar o novo esquema de financiamento “razoável e realista”, diz o comitê assessor, esclarecendo com todas as letras que esse esquema deve, não obstante, contar com a contribuição das fontes oficiais de crédito, multilaterais e bilaterais, “inclusive através de programas que contêm condicionalidades econômicas”.

Para bom entendedor, o texto do comitê quer dizer apenas uma coisa: não haverá uma solução na área dos bancos comerciais independente do que for acertado com o Clube de Paris, o Banco Mundial e o FMI. Tudo está bem amarrado e absolutamente definido. Só o desejo de confundir a opinião pública brasileira, inspirado pelos políticos radicais da Fundação Pedroso Horta, e a permanente crise de autoridade em que tem vivido este governo podem explicar a atitude inicial do ministro Bresser Pereira. Agora, porém, não é mais possível tapar o sol com a peneira, pois os bancos privados também estão — e sempre estiveram — subordinando qualquer acordo com o Brasil à presença do FMI.

Está cada vez mais claro que esta moratória só serviu para aprofundar a recessão soberana e “genuinamente nacional” produzida pela gestão dos “economistas” do PMDB, que hoje vêem, humilhados, os próprios credores que desafiaram se mobilizando para ajudar o País a sair do buraco em que eles o meteram. No próximo dia 19 os bancos deverão propor ao governo brasileiro um empréstimo-ponte para permitir o pagamento dos juros vencidos em 1987. Simultaneamente, os bancos receberiam um pagamento simbólico de parte dos juros vencidos, a ser feito pelo Brasil antes do dia 26 (a data fatal para que os bancos norte-americanos contabilizem os prejuízos causados pela moratória). Se esse plano vingar, o acordo mais amplo, defendido pelo ministro Bresser Pereira, continuaria a ser discutido com base em um “menu” de opções (reempréstimo, cofinanciamento, securitização, dinheiro novo e conversão da dívida em investimentos). Mas tudo com o monitoramento do FMI, que acompanharia a execução do programa econômico brasileiro.

Esse desfecho para o qual vai caminhando a moratória irresponsável do sr. Funaro é uma prova eloquente de que nossos credores estão atentos ao principal problema com que estes políticos apresentaram a economia brasileira, que — como disse Andrea Calabi, secretário do Tesouro — é a estagnação resultante da “falta de investimento de longo prazo”. Os credores querem receber seu dinheiro, mas sabem que para isso precisam manter abertas as fontes de financiamento para esses investimentos de longo prazo. Esta é a única e verdadeira saída, da qual igualmente faz parte uma efetiva abertura de nossa economia ao capital externo de risco. O resto não passa de conversa mole daqueles que nos jogaram nessa terrível crise. De um tipo de conversa mole de que este povo não se esquecerá nas próximas eleições...